

HABEAS CORPUS Nº 548.264 - RJ (2019/0355420-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ATILA PIMENTA COELHO MACHADO E OUTROS
ADVOGADOS : LUIZ AUGUSTO SARTORI DE CASTRO - SP273157
FRANCISCO DE PAULA BERNARDES JÚNIOR -
SP246279
LEONARDO LEAL PERET ANTUNES - SP257433
ÁTILA PIMENTA COELHO MACHADO - SP270981
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIAO
PACIENTE : MYRA DE OLIVEIRA ATHAYDE (PRESO)

DECISÃO

MYRA DE OLIVEIRA ATHAYDE, por seus advogados, alega sofrer coação ilegal em decorrência de decisão liminar prolatada por Desembargador do **Tribunal Regional Federal da 2ª Região** (HC n. 5010797-88.2019.4.02.0000/RJ).

Os impetrantes buscam a revogação de prisão preventiva decretada nos Autos n. 5078012-07.2019.4.02.5101 (**Operação Patrón**), pelo Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Sustentam que o ato judicial está lastreado em suposta gravidade delitiva, a qual seria inexistente, pois a conduta da suspeita se amolda, no máximo, ao favorecimento real (art. 349 do CP). Faltam elementos concretos a justificar a medida drástica, ilegal e desproporcional da prisão preventiva. Ademais, estaria ausente a contemporaneidade da cautelar, a autorizar a superação da Súmula n. 691 do STF e sua revogação, em liminar.

Decido.

I. Súmula n. 691 do STF

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, “c”), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus **ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado**, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas

instâncias ordinárias.

Os danos decorrentes da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcançam, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência. É que, dadas as limitações estruturais e funcionais de qualquer órgão judicante – e, em especial, dos órgãos fracionários dos Tribunais Superiores – dependem-se recursos humanos e o tempo de servidores e dos magistrados para um exame precário de situação ainda pendente de julgamento pelo órgão colegiado na origem, o que, de plano, engendra duas óbvias consequências: (a) retardo no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, anteriormente distribuídas (com prioridade temporal, portanto), com igual relevância temática e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) eventual repercussão no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.**

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

II. Impossibilidade de mitigar a Súmula n. 691 do STJ.

Não verifico a possibilidade de intervenção precoce deste Superior Tribunal.

O Ministério Público Federal representou pela prisão preventiva da paciente no bojo da Operação *Patrón*. Observou que "o requerimento é **desdobramento da Operação Câmbio Desligo**, tendo como finalidade aprofundar as investigações relacionadas ao doleiro Dario Messer e os supostos agentes que auxiliaram em sua fuga e nos atos de dissimulação de capital" (fl. 347).

Há sinais, consoante o pedido cautelar, da suposta prática de crimes de organização criminosa e de lavagem de dinheiro. Na dicção do Ministério Público e segundo a narrativa do Juiz,

há elementos indicativos de que "desde maio de 2018, quando DARIO iniciou sua fuga das justiças brasileiras foram envolvidos vários sujeitos responsáveis por colaborar com a sua condição de foragido, seja lhe oferecendo abrigo, seja por meio da guarda e **redistribuição de valores pertencentes a DARIO**" (fl. 347).

Nessa toada, a paciente é suspeita de integrar a organização criminosa. Conjecturadamente, realizou, em mais de um oportunidade, o "transporte e o recebimento dos recursos" (fl. 272) de proveniência ilícitas, que continuaram a ser movimentados por Dario Messer.

A um primeiro olhar, houve sim a indicação de atos ilícitos – ainda sob apuração – apenados com pena superior a 4 anos de reclusão. Não se verifica, *ictu oculi*, nenhum vício de motivação do édito prisional.

Em juízo perfunctório, a segregação provisória se mostra haver sido decretada com indicação concreta das razões que a justificam. O Magistrado pontuou a suposta ocorrência de crimes (pertencimento a organização criminosa, evasão de divisas e lavagem de dinheiro) e **indícios** de que a paciente auxiliou, por diversas vezes, Dario Messer a dissimular e repassar capital de proveniência ilícita. Reunidos esses dois pressupostos, a autoridade identificou **particularidades do caso** para justificar a imposição de providência tão gravosa.

O édito prisional relata que, em tese, que no período em que Dario Messer – acusado na Operação Câmbio Desligo por pertencimento a organização criminosa, evasão de divisas e lavagem de dinheiro – estava foragido, "Mayra tratou de articular as retiradas de valores com os doleiros amigos de Dario no Paraguai e a entrada de tais montantes no Brasil"; além disso, "tudo indica que Mayra também teve grande atuação na remessa de valores para os Estados Unidos, em conta em *offshore*" (fl. 351).

Resultados de quebra telemática e de busca e apreensão conferem lastro ao decreto prisional. "Foi localizado formulário referente à criação da sociedade Goodhope Consulting LLC, em nome de Myra, que foi, de fato, constituída em 4/1/2019, em Miami, com o auxílio de Roland" (fl. 352). A paciente teve contato direto com doleiros Finolo e Felipe Gogorno, assim como com o agente financeiro e o irmão de Dario.

Os fatos são contemporâneos, pois, mesmo após o retorno de Messer para o Brasil, "de novembro de 2018 em diante, Myra passou a realizar viagens para o Paraguai pelo período de um ou dois dias e para

Nova York e Miami", contabilizando quase uma viagem de cunho operacional por mês (fl. 352), supostamente para movimentar "grandes quantias em espécie para Dario" (fl. 352).

O Juiz Federal enumera, no restante do decreto, as vultosas quantias que Dario teve a sua disposição durante a condição de foragido e que, em tese, passou à administração de outros suspeitos, a denotar a suspeita de continuidade de práticas ilícitas. Deveras, o último "apontamento realizado pela autoridade policial, no qual ela enumera valores que Dario teria a sua disposição enquanto estava foragido", consoante registros em "conversas, extratos e planilhos", "dizem respeito à acultação" de cerca de **US\$ 2,5 milhões** (valores mencionados à fl. 361).

Existiu a indicação do *fumus comissi delicti* e a **fase da análise de liminar, de cognição precária**, não é própria para o exame vertical de elementos informativos e do suporte probatório indicado no decreto de prisão preventiva.

No mais, o ato judicial destacou, quanto ao *periculum libertatis*, tratar-se de apuração de "**graves delitos** de evasão de divisas, organização criminosa e lavagem de dinheiro" (fl. 362). De acordo com o Juiz, o modo de execução da conduta foi grave e denota o risco de reiteração delitiva, pois, em **data recente**, "os investigados estavam supostamente auxiliando Dario, independente da sua situação de foragido da justiça brasileira" (fl. 362). Ao que parece, eles tomaram "certos cuidados para não chamarem a atenção das autoridades", mas "em nenhum momento parecem ter hesitado em manter negócios com Dario" (fls. 362-363).

Dario conseguiu movimentar vultosas quantias e como se "nota dos elementos probatórios apreendidos [...] **continuava a atividade, por intermédio de Myra**" (fl. 363). Nos mais, "**os fatos revelam-se contemporâneos, uma vez que se iniciaram com a fuga de Dario, em maio de 2018 e permanecem até, pelo menos, a sua prisão em julho de 2019**" (fl. 363). Os "investigados ainda armazenam e distribuem, em tese, quantias vultosas entregues por Dario" (fl. 363). Por isso, a "necessidade da prisão preventiva não é atendida por nenhuma outra medida cautelar alternativa" (fl. 363).

Nesse contexto, não é absurda a prognose sobre a periculosidade da suspeita e o receio de **reiteração delitiva**. **O Juiz**

também assinalou que a investigada ajudou Dario a se manter foragido e apresenta facilidade para locomover-se para outros países.

Não verifico, portanto, **a teratologia do édito prisional**. A suficiência de cautelares alternativas à prisão, a seu turno, não resulta incontroversa; é matéria que demanda a cuidadosa análise dos autos e um juízo de proporcionalidade, a recomendar resolução no julgamento de mérito do habeas corpus, após as informações do Juiz e o parecer do Ministério Público, quando será possível retratar com maior segurança a posição majoritária de todos os julgadores.

Existe uma ordem a ser observada nas postulações dirigidas ao Judiciário e não reputo absurda a decisão do Desembargador, *in verbis*:

Nessa esteira, e realçando que, no momento, apenas aprecio o pedido de liminar à luz da decisão que decretou a prisão preventiva, não concluo pela manifesta ilegalidade ou abuso na decisão atacada, para implicar liminar *inaudita altera pars*, assim como não se pode, nesse quadro, envolvendo muitos fatos e partes, ao menos de plano afirmar que a paciente não esteja ainda envolvida com supostas práticas afetas à lavagem de dinheiro que se possam considerar ainda em curso, algo que apenas o Magistrado *a quo*, poderá esclarecer, sobretudo acerca de investigações que tenham persistido ou se desdobrado.

Vale realçar que, quanto ao *periculum* do esquema objeto da investigação, este resta evidenciado ao se observar que, em princípio, logrou êxito em manter por tempo significativo DARIO MESSER em liberdade, apesar do mandado de prisão em aberto e de seu nome estar incluído no Sistema de Difusão Vermelha da INTERPOL, bem como em escamotear valores que não foram alcançados pela Justiça brasileira, mesmo existindo medida de indisponibilidade decretada em seu desfavor.

Ressalto, ainda, que a própria defesa afirmou que o "amor não mede esforços" e que a paciente viveria, desde meados de 2018, em função do bem estar de DARIO MESSER, fatos que, *a priori*, contrastam com a tese de que a prisão dele seria suficiente para afastar a necessidade de que ela seja segregada cautelarmente.

A paciente teria passado a atuar de forma ilícita diante das restrições ambulatoriais impostas a MESSER por estar

foragido, as quais se encontram reforçadas com sua prisão, de modo que nesse contexto, supostamente, o risco à ordem pública não restou esmaecido.

Por derradeiro, aduzo que a paciente tem, segundo consta nos autos, cédula de identidade paraguaia e auxiliou que seu companheiro a permanecer foragido.

Ante o exposto, por ora, indefiro a liminar.

III. Dispositivo

À vista do exposto, **sem prejuízo futuro de exame mais acurado da insurgência**, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*, **indefiro liminarmente o processamento deste habeas corpus, com fulcro na Súmula n. 691 do STF e o art. 210 do RISTJ.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**